

## Os anos 60 da nossa economia\*

Não tive oportunidade de assistir a esta conferência de Alfredo de Sousa. É por isso ainda mais pretensioso editar este texto. Espero que sejam atenuantes duas circunstâncias: creio ter feito muito poucas alterações e, sobretudo, a gravação era suficientemente clara para poder sentir a presença do autor.

O ano que entretanto passou não diminuiu a falta que nos faz Alfredo de Sousa. Como o texto mostra, apesar da minha interferência, será difícil preencher o seu lugar. Egoisticamente, tenho pena de já não poder discordar de alguns pontos da análise, mesmo que fosse sobretudo para ouvir uma explicação interessante, veemente, apaixonada, se calhar.

Agradeço a Jaime Reis o ter pensado que eu poderia causar o mínimo dano ao texto e, com a pouca legitimidade que me assiste, a Rui Vilar e Manuel Braga da Cruz o patrocínio e a publicação deste texto.

LUÍS MIGUEL BELEZA

### APRESENTAÇÃO

*A década de 60 para 70 foi talvez a mais importante na história económica portuguesa dos últimos duzentos anos. Foi certamente aquela em que a economia portuguesa cresceu mais rapidamente desde sempre, foi aquela em que se operaram algumas das maiores transformações sociais em Portugal e foi também aquela década em que se lançaram as sementes da maior transformação política do país, pelo menos no século XX. Temos a sorte de termos hoje connosco o professor Alfredo de Sousa para nos falar sobre esse período do ponto de vista económico.*

---

\* Transcrição da gravação, infelizmente não revista pelo autor, da conferência proferida na Culturgest, em 29 de Março de 1994, no ciclo de palestras sobre história económica e social portuguesa, organizado pelo Prof. Jaime Reis, que apresentou o autor e moderou o debate que se seguiu.

A *Análise Social* agradece à viúva e aos filhos do Prof. Alfredo de Sousa a autorização para a publicação deste texto e ao Prof. Miguel Beleza — discípulo e amigo do Prof. Alfredo de Sousa — a preparação da sua edição.

*Tenho um certo acanhamento em apresentar o professor Alfredo de Sousa, visto ele ser tão conhecido, mas de qualquer maneira gostava de dizer uma ou duas coisas acerca do nosso conferencista: ele é doutorado em Economia pela Sorbonne e tem o grau de agrégé das universidades francesas; as suas publicações são muito numerosas e certamente numerosas de mais para as enunciar aqui, mas muitos dos seus escritos recentes sobre economia portuguesa são conhecidos de todos. O professor Alfredo de Sousa foi reitor da Universidade Nova de Lisboa e director-fundador, por assim dizer, da Faculdade de Economia da mesma Universidade, à qual tive a honra de pertencer, e foi também, além de autor e professor e reitor, digamos que o pai espiritual de todo um conjunto de economistas portugueses que hoje em dia marcam a economia portuguesa. Tenho muito prazer em convidar o professor Alfredo de Sousa a falar sobre a década de 60.*

Muito obrigado, Sr. Professor pelas suas palavras, que são palavras de amigo. É com muito prazer que estou aqui entre vós a tentar dar um pezinho de historiador que não sou e a partilhar convosco algumas reflexões sobre aquilo que se passou na economia e na sociedade portuguesa na década de 60. Algumas reflexões estendê-las-emos até 1973.

A década de 60/70 teve três grandes acontecimentos, em meu entender.

O primeiro foi a assinatura do acordo EFTA, o Tratado de Estocolmo, em 1959. Foi uma assinatura um tanto ou quanto paradoxal porque, como se lembram, foi nos anos 50 a transformação constitucional portuguesa que transformava as colónias em províncias ultramarinas. Portugal era um país pluricontinental, plurirracico, pluriétnico e plurilinguístico, embora tivesse uma língua dominante — o português — e que, portanto, propugnava que Portugal deveria voltar-se no final da sua evolução de cinco séculos para o espaço atlântico e africano. A existência do núcleo de tecnocratas, quase todos eles vindos da Faculdade de Direito, que convencem Salazar e o resto dos seus seguidores a assinarem um tratado de integração europeia — que era, ao fim e ao cabo, do que se tratava —, é paradoxal e mostra que havia gente que, embora do lado do regime, não tinha a mesma visão do futuro que tinham os mais altos próceres do dito. É um paradoxo que Portugal, estando vocacionado, politicamente marcado e constitucionalmente orientado para o ultramar, acaba por assinar em 1959 o Tratado de Estocolmo, pelo qual Portugal fazia parte da EFTA. Convém dizer que a EFTA foi uma manobra da Inglaterra para torpedear o Mercado Comum, que é hoje a União Europeia, e macacamente, como só muitas vezes os Ingleses fizeram, pediram que a sede fosse em Paris. Mas Portugal faz parte da EFTA e esta era, como sabem, uma zona de trocas livres cujos países participantes guardavam

autonomia do seu regime pautal para o exterior. A Inglaterra continuava, portanto, a ter os seus acordos pautais e alfandegários com a Commonwealth, Portugal com as províncias ultramarinas, mas os países da EFTA trocavam entre si livremente bens — sobretudo bens industriais — e alguns serviços sem pagamento de direitos aduaneiros. Isto implicava um regime complicado de certificados de origem, e o facto é que Portugal entra sem ser um país industrial. Para isso foi preciso um arranjo especial, o famoso anexo G do acordo de Estocolmo, mediante o qual coisas como o vinho do Porto engarrafado, o vinho verde e algumas conservas foram consideradas produtos industriais para ficar dentro do espírito do acordo. Concederam-se grandes facilidades aduaneiras a Portugal e ficámos com a autorização de impor algumas restrições a produtos e até a investimentos estrangeiros, dado o nosso atraso enorme em relação aos outros países. Para verem este atraso, a EFTA incluía a Inglaterra, os três países escandinavos, a Áustria e a Suíça. Portugal, em termos de nível de vida, ficava extremamente longe; daí aquelas protecções especiais. Foi esta realidade que teve para Portugal, mesmo na década de 60 e até bastante mais tarde, influências muito grandes. Em primeiro lugar, inseriu Portugal *volens nolens* numa zona política democrática juntamente com os países citados, os países fundadores. Depois, juntaram-se mais outros. Portugal fica inserido numa rede de relações políticas que lhe é extremamente favorável. Mas, fundamentalmente, aquilo que se oferece a Portugal são mercados novos onde Portugal ainda não tinha penetrado, nomeadamente o mercado austríaco e os três mercados escandinavos. Para a Inglaterra já exportávamos, mas, de facto, eram mercados novos que não ofereciam resistência aduaneira, quase sem pagamento de direitos. Simplesmente eram mercados ricos e, conseqüentemente, exigentes, o que foi muito profícuo para Portugal, porque a maior parte das nossas indústrias têxteis, por exemplo, que às vezes até tinham capacidade de *design* e artigos engraçados, estavam mais habituadas a exportar para África, onde o grau de exigência da qualidade e do desenho era relativamente pequeno, e não sabiam exportar para países mais ricos.

Quando, confrontados com preços, sentiram a tentação de exportar para os países escandinavos e outros países da EFTA, é evidente que lhes foram exigidas grandes modificações: a qualidade do produto, a constância do produto e a sua entrega atempada. Isso introduziu pela primeira vez um mercado exigente em Portugal e, conseqüentemente, foi o ponto de partida para a maior disciplina dos produtores portugueses. Quer dizer que Portugal beneficiou imenso em quantidade de novos mercados e em qualidade sobretudo nas exportações.

É por isso que parece paradoxal que, mais tarde, já na década de 80, a indústria portuguesa sofre inicialmente um menor abalo do que a indústria espanhola quando, mais tarde, ambos os países entraram na Comunidade

Europeia. São conseqüências que se acumulam. Por outro lado, a EFTA trouxe bastantes investimentos a Portugal: investimentos beduínos, os suecos eram sobretudo conhecidos por isso, para a indústria têxtil, de calçado, eram investimentos que exigiam capital fixo relativamente modesto, era mais um capital variável, aproveitamento da mão-de-obra, e, portanto, logo que houve algumas dificuldades no 25 de Abril, esses capitais levantaram a tenda e foram embora, e assim se chamam beduínos, sobretudo no têxtil e na electrónica. Mas houve também investimentos mais sérios de longo e médio prazo não só de escandinavos, mas também de ingleses e de outros participantes, em indústrias em geral metalo-mecânicas e químicas. Portanto, Portugal acabou por beneficiar de investimentos estrangeiros de que de outra forma não beneficiaria. E beneficiou também de auxílios directos, como o fundo de desenvolvimento EFTA, de que Portugal ainda no ano passado estava a receber uns últimos pós. A EFTA teve um papel muito importante para Portugal no sentido político, no sentido da internacionalização da sua economia e na ajuda ao desenvolvimento.

Mas mais importância tem a guerra colonial como segundo acontecimento, em meu entender, bastante poderoso na formação da história económica e social portuguesa. Para vos dar uma ideia do que acontecia com o ultramar, se a memória não me trai — as estatísticas recordo bem —, Portugal chegou a ter, em determinadas épocas da década de 60, 250 000 homens de guarnição ultramarina, e éramos nessa altura 9 milhões, o que representou um esforço enormíssimo. Hoje suponho que temos um exército de 38 000 homens, ou coisa assim. Em primeiro lugar foi um esforço financeiro muito grande, 40% do orçamento de facto. Melhor dito, tendo já sido aumentados os impostos, 40% das despesas eram dedicadas ao esforço de defesa — era assim que se chamava eufemisticamente —, isto é, com o exército, a marinha e a aviação, com os transportes e os abastecimentos, para sustentar a luta militar.

E é aqui, nesta altura, que se começa a notar que as despesas de infra-estruturas em Portugal, nomeadamente na rede viária, na rede de comunicações e no alojamento social, começam a ser cada vez menores, começam a ter proporção orçamental cada vez menor. É também nesta altura que a economia portuguesa começa a ter um ritmo de crescimento, embora formidável, como vamos ver, menor do que o da economia espanhola. É também nesta altura que a construção de infra-estruturas físicas e de comunicação em Espanha se acelera, ao contrário de Portugal, em que desacelera. Nos anos 50 as estradas portuguesas eram conhecidas por serem, se não as melhores, pelo menos as mais bonitas da Europa. Nos anos 60, dez anos depois, começámos a afastar-nos desse *standard*, sobretudo relativamente aos Espanhóis. Há atrasos nas infra-estruturas, há um défice orçamental, que, curiosamente, nunca aparecia a público porque, segundo a definição salazarista, no défice, na estrutura orçamental, os empréstimos feitos por emissão de títulos públi-

cos eram contados como receitas, e não como défice. Portanto, não havia défice por emissão de dívida, como é tecnicamente correcto e hoje se faz. O défice estava um pouco mascarado, mas existia e, sem dúvida, criava pressões inflacionistas, até porque uma parte dos pagamentos aos militares ficava cá, e era uma parte de mão-de-obra que se afastava sem contrapartida produtiva e ficava cá a despesa, o que provocava efeitos inflacionistas. Para vos dar uma ideia, a inflação acelerou de 2,5% em 1960 até 12,5% em 1973. Houve uma grande aceleração sobretudo a partir de 1965-1966, quando se acumularam as tensões inflacionistas.

Outro elemento importante da guerra colonial foi a mobilização da mão-de-obra, sobretudo jovens na idade casadoira, e teve, conseqüentemente, efeito sobre o adiamento de casamentos e sobre a taxa de natalidade.

Vamos ver que a emigração tem efeitos maiores. Foi aqui que começou a desacelerar a taxa de crescimento demográfico natural da população portuguesa (o serviço militar durava normalmente nesta altura três anos). Teve como efeitos económicos sobretudo o atraso do investimento público e, em último lugar, o isolamento diplomático. A partir de 1962, Portugal estava de facto isolado na cena política, principalmente nas Nações Unidas. O grupo dos independentes que vinha já dos anos 50, a Índia do nosso velho amigo Neru, o Tito da Jugoslávia, o Sukarno da Indonésia, consegue isolar Portugal nas Nações Unidas. Então a maior parte dos países do Terceiro Mundo cortaram relações diplomáticas com Portugal. Portugal só mantinha relações diplomáticas em África com a África do Sul e as duas Rodésias nessa altura. Os países do Médio Oriente para onde Portugal exportava desapareceram também das relações diplomáticas e, conseqüentemente, comerciais. Só conseguíamos exportar para o Paquistão porque era uma maneira de este chatear a Índia e, por isso, recebia algumas exportações portuguesas, sobretudo militares: equipamento militar, balas, algumas coisas que se fabricavam em Portugal. De resto, perdemos os mercados do Oriente para onde exportávamos, e perdemos os mercados africanos, e fomos imediatamente substituídos pela Espanha e pelo Brasil, como tem acontecido sempre. A guerra colonial teve efeitos demográficos, económicos, financeiros e comerciais externos, e diplomáticos e políticos, como é evidente. Este é o segundo elemento que considero importante na década de 60. Mas o maior, em meu entender, foi a emigração. A maior parte dos nossos emigrantes saíram das zonas rurais onde havia estruturas sociais e económicas mais repulsoras — que não é a mesma coisa que repulsivas —, o que derivava de várias coisas: do sistema de propriedade — Portugal era ainda há poucos anos o único país da Europa que entre as profissões aceites para bilhete de identidade ou efeitos legais tinha a de proprietário. Não lembra a ninguém, proprietário não é profissão, quanto muito, é um estado financeiro. Mas em Portugal havia, e normalmente proprietário não se referia a bens em título, mas a bens imóveis. Nas nossas

expressões correntes temos coisas muito curiosas: os bens ao luar reconhecíveis, ter onde cair morto, ter algo de seu. Tudo isto mostra o apelo quase ontológico dos Portugueses à propriedade. Se olharem para a formação social dos grandes capitães industriais do Norte, o conde de Vizela e outros assim, verificam que começaram por ser industriais — normalmente artesãos bem sucedidos e depois grandes industriais — e em seguida trataram de conseguir grandes quintas, ser proprietários rurais e depois comendadores. Por exemplo, o conde de Vizela tinha um título pontifício que comprou. Em doações de beneficência construiu duas igrejas, parece-me. Há dentro de todos nós ainda o facto de ter alguma coisa de seu, um pedacinho. E reparem que alguns reformados estão agora a voltar para o interior para recultivarem leirazinhas que lá deixaram. Isto é um apelo ontológico à terra. Nas sociedades rurais, sobretudo mais longe das cidades costeiras, havia subitamente duas classes: os que tinham a terra e os que não tinham a terra, e acabou-se. Leiam os romances do Camilo e do Eça e vão ver aquele que não tem nada a casar com a morgada, um pobre a casar com uma menina que ia herdar grandes terras, etc. Era o drama quotidiano, havia uma separação de classes que, dado o apego que havia à terra, era muito difícil de vencer, até porque, expliquemos em termos modernos, praticamente não havia bancos para emprestarem dinheiro para comprar terra, isso não existia. Esta, para os que não tinham terra, era uma estrutura repulsora. Por outro lado, eram zonas atrasadas com falta de oportunidades. Havia poucas indústrias no interior do país, poucos serviços, eram desmunidas também de serviços, havia as escolas primárias e pouco mais. Além disso, havia um excedente demográfico nítido. Por uma razão simples ou por várias razões, entre as quais porque não havia segurança social e a melhor maneira de as pessoas que não tinham terras se protegerem nas zonas rurais era terem muitos filhos, que algum haveria de cuidar dos velhos. Isto são fenómenos que desapareceram depois em todas as sociedades, mas nos vinte e trinta anos a seguir à Segunda Guerra Mundial ainda funcionava como motivação fundamental. Havia um excedente demográfico, falta de oportunidades e estruturas repulsoras. A maneira que um indivíduo pobre sem terra tinha de sair, por muito esperto que fosse, era ir para fora. E, normalmente, a tradição era emigrar para o Brasil, ou, se o pai conseguia fazer sacrifícios, ia para Coimbra ou para o Porto estudar. Se não tinha recursos, ia para o seminário e ficava padre, ou saía do curso, ou qualquer coisa assim. Eram as três vias que se ofereciam para quebrar este impasse do posicionamento social dentro das estruturas rurais.

Estas estruturas tornaram-se relativamente mais repulsoras quando começou a haver o apelo das sociedades industriais da Europa, que então, depois do plano Marshall, estavam em pleno *boom*, e havia carência de mão-de-obra. A França, por exemplo, começou a importar mão-de-obra do Magrebe, do Norte de África, que eram colónias e até território nacional, como é o caso

da Argélia. Depois, teve a *apport* dos Italianos, mas sobretudo os Magrebinos começaram a meter medo, porque os muçulmanos, em todas as sociedades, são de difícil assimilação. Os Franceses, como são um pouco xenófobos, abriram aos Espanhóis e aos Portugueses. E depois, como sabem, o salto dava-se para a França, e depois ia-se para o Benelux, para a Alemanha, Suíça, etc., mas o cesto receptor do emigrante português era a França e, depois, eventualmente, outros sítios. Quando começou a haver este apelo, alguns foram legalmente, ou a salto. Depois deu-se o fenómeno do efeito de demonstração: ao fim de dois anos, o emigrante que partia queria voltar à terra, tinha saudades, por vezes tinha deixado a mulher, filhos, ou a namorada, pais pelo menos, e queria voltar, mas demonstrando o seu êxito. A primeira coisa que ele fazia era comprar um carro em segunda mão e trazia a sua *bagnole*, com mais alguns artefactos, como máquinas fotográficas, frigoríficos, as primeiras televisões, etc., para mostrar em Portugal. E isso embasbacava as pessoas, e eles apareciam como reizinhos nas sociedades rurais, homens que tinham tido êxito e com menos anos e mais sorte do que os comendadores do Brasil; portanto, impunham respeito, o que eram também bazófilas. Começou a haver acelerações das pessoas atraídas e a aceleração foi formidável, 35 000 emigrantes em 1960, 173 000 em 1970. Para vos dar uma ideia do impacto demográfico, Portugal, nesta altura, perde um milhão de habitantes. Em 1970 a população era menor em um milhão do que em 1960. O almirante Américo Tomás, que nessa altura era presidente da República, disse que o censo estava enganado e que tinha de se fazer um novo, mas não havia engano nenhum. A malta tinha saído sobretudo a salto, sem registo de emigrante, eram os emigrantes clandestinos, e esta aceleração veio, por sua vez, a ter efeitos muito grandes.

Em primeiro lugar, um efeito demográfico, o *sex ratio* nas aldeias altera-se substancialmente. Reparem que o indivíduo que sai para emigrante não é o que vai fazer o serviço militar, que, no máximo, é de três anos, e depois volta, a menina pode esperar, o concerto casamenteiro das famílias pode manter-se, não é alguém que vai sem pelo menos uma probabilidade grande de voltar. Pode correr bem e depressa voltará, pode correr mal e não voltará, ou fá-lo-á em condições que talvez já não o tornem um candidato tão desejável. A expectativa normal das moças casadoiras nas zonas rurais altera-se, a carreira normal de uma moça na zona rural era casar, ter filhos, ajudar o marido, cultivar a sua leira ali ao pé de casa, tratar das galinhas, etc. As mulheres começam a ver que têm de fazer pela vida, e começa aqui o grande salto do emprego fabril feminino, e começa a ida das mulheres para a cidade, para se empregarem, depois de terem tirado um curso, muitas vezes comercial, não só primário. Começa a haver uma libertação da mulher do agregado familiar. Este, nas regiões do Centro e Norte do país, era um agregado católico patriarcal, o centro da família às vezes não era o avô, mas o pai, que comandava a fortuna visível da família e também dispunha das pessoas.

A mulher era factualmente subordinada, embora por vezes pudesse ter uma grande influência. Começa a desagregação da autoridade familiar, com a saída do filho e a segunda saída da filha, isto, para o tipo de família solidária das zonas rurais, começa a acontecer nesta altura de uma forma mais acentuada. É claro que outros factores intervieram, como a televisão, etc., mas este foi um factor, como diria Marx, infra-estrutural da transformação da família. Por outro lado, a natalidade, que já tinha sido afectada pela ausência de jovens no ultramar, começa a diminuir. Em terceiro lugar, outro efeito demográfico que começa a sentir-se nesta altura é o envelhecimento. No fim dos anos 70 havia regiões em Trás-os-Montes e na Beira Alta que tinham pessoas de mais de 55 anos e miúdos de 4 ou 5 anos que tinham ficado ali. E zonas onde já nos anos 70 tiveram de fechar escolas primárias, dada a ausência de jovens. Os jovens confiavam os miúdos aos avós até à idade primária e depois, quando chegava a idade de ir para a escola, mandavam-nos para a França ou para onde estivessem. Os efeitos demográficos da emigração são muito importantes. Mais, como a emigração durou muito tempo, foram efeitos profundos cumulativos que ainda são duradouros, por exemplo, a diminuição da natalidade. Os efeitos financeiros ainda foram maiores: em primeiro lugar, os emigrantes iam com o desejo de voltar e, neste plano de vida futura, poupavam imenso. Lembro-me de num inquérito feito em Nanterre, a ocidente de Paris, ter constatado que entre os emigrantes portugueses a taxa de poupança era de 50%. Enormíssima. Viviam em condições miseráveis, mas chegavam a poupar nos seus ordenados, que muitas vezes eram salários mínimos, 50%, na ânsia de acumularem e voltarem para a terra. E começaram a mandar dinheiro, primeiro por via postal, pelos PTT franceses e CTT portugueses. O que acontecia nas zonas rurais, a forma de ter poupança nos anos a seguir à guerra, era sob a forma de moeda fiduciária, notas e moedas, que ainda se usava nessa altura. Penso que hoje já ninguém usa o pé-de-meia. O que aconteceu nos anos 60 foi que a emissão fiduciária começou a aumentar, e isso alertou os bancos, porque não havia nenhuma razão sistémica normal para que aumentasse a emissão fiduciária. É porque houve entesouramento, como se diz tecnicamente. Os bancos começaram a enviar brigadas de colectores que subiam de burro às montanhas e iam falar com a mãezinha, a avozinha do fulano e mostravam-lhes as vantagens de depositar, nem sempre conseguindo convencer as pessoas. Houve alguma dificuldade em os bancos conseguirem captar este enorme fluxo de dinheiro, mas acabaram por conseguir, e foi a primeira vez que o sistema bancário se estendeu para o exterior do país, com redes, agências e balcões, com agentes. Conseguiram, e isto é muito importante, captar para o sistema bancário aquele dinheiro remetido pelos emigrantes. Já vamos ver os efeitos poderosos que isto tem.

O terceiro efeito é o que diz respeito à compra de terras. Lembrem-se de que o emigrante sai como o homem que tem pouca terra e, quando volta,

quer vir para o mesmo cenário, mas com outro *status*, ser proprietário. Então, quando faz as suas poupanças, escreve à mulher, dando instruções para que ela compre o terreno que sempre ambicionou. Dois efeitos importantes: como as poupanças dos emigrantes eram pequenas, as propriedades que eles podiam comprar eram também pequenas, e por isso permaneceu o sistema minifundiário, porque, se os emigrantes tivessem ido embora e não tivessem mandado um tostão nem ambicionassem voltar, o que teria acontecido é que os salários teriam subido — aliás como subiram —, as terras marginalmente pouco produtivas teriam sido abandonadas, o preço médio da terra baixaria e, quando isso acontecesse, as aquisições e emparcelamentos aumentariam, a dimensão da exploração agrícola teria aumentado, o minifúndio teria diminuído ou simplesmente desaparecido. Mas não, é justamente esta intenção de retorno e o envio de poupança que vão fazer com que o sistema fundiário se mantenha exactamente porque o emigrante enviava dinheiro e comprava às pingas. O maior investimento era depois, quando tinha de mandar fazer a casa. Depois os bancos deram facilidades para a construção de casas de emigrantes. Mas mais, evitaram que o preço da terra caísse, porque o desejo de ter terra não estava nada ligado ao rendimento que se podia ter da terra. O preço social da terra era muito maior do que o preço económico da terra. Em economia dir-se-ia que o custo de oportunidade era muito maior do que o custo económico. Efectivamente assim foi, mantém-se o preço da terra, mantém-se o minifúndio, impossibilita-se a reorganização técnica da estrutura fundiária agrícola das explorações. Os emigrantes, no seu comportamento natural predeterminado pela escala de valores que tinham guardado e cultivado, ao fim e ao cabo, reeditam e mantêm quase imperturbável a estrutura da terra. Mas voltam emigrantes, com a grande difusão de casas estilo *maison* por todo o norte de Portugal, como toda a gente conhece, mas, enfim, já estão hoje assimiladas esteticamente nas paisagens onde existem. Estes efeitos financeiros são muito importantes. Vamos ver os efeitos económicos, que ainda são talvez mais importantes.

Em primeiro lugar, como lhes disse, o sistema bancário conseguiu captar, por assim dizer, moeda original, e, se a taxa de reserva obrigatória dos depósitos que os bancos têm for de 10%, por cada 100 contos os bancos podem emprestar 90 e formam um novo depósito. E desses 90 depois têm de reservar 9, taxa de retenção de 10%, e podem emprestar 81, e assim por diante. Há um efeito multiplicador: aquela capacidade de empréstimo que os bancos recebem nestes depósitos originais pode multiplicar-se por cinco ou por dez. Este era um dinheiro tecnicamente original porque não tinha sido originado na economia portuguesa. Logo, a potência creditícia que este dinheiro originou foi enormíssima e, finalmente captada pelo sistema bancário, fez com que a oferta de fundos do sistema bancário português num país ainda em guerra tivesse crescido monumentalmente durante os anos 60. E era possível, são coisas que estão agora a acabar, obter empréstimos a 35 anos à taxa

de 3%. Os senhores da Caixa Geral de Depósitos devem ter registos abundantes disso. O facto de ter entrado um conjunto de massa monetária original, multiplicado, criou uma capacidade creditícia expansiva, ao contrário do que sucederia se tivessem sido depósitos de residentes. A economia portuguesa vem a beneficiar destes recursos, que aumentam o poder de compra dos seus destinatários, mas que, inseridos no sistema bancário, explodem em capacidade creditícia. Por outro lado, todas estas remessas de dinheiro dos emigrantes são em divisas estrangeiras, o que faz com que, apesar do enorme défice das transacções comerciais — importações necessárias em parte por causa da guerra, porque importávamos a maior parte das munições e equipamento militar, nomeadamente meios de transporte —, haja um equilíbrio na balança corrente, ou um défice pequeno, e que, por outro lado, se constituam reservas cambiais muito importantes. Desenvolvem ainda o sistema bancário, o que faz com que os bancos comecem a ter activos de uma certa dimensão, que lhes propiciam aventurarem-se em certos tipos de operações a médio/longo prazo, quando anteriormente não o faziam. Deixam de fazer só gestão da letra aceite e entram noutra tipo de operações. O facto de não haver limitações nas importações, ou seja, dificuldades na balança de pagamentos, e o desenvolvimento do sistema bancário, a par de solicitações do próprio desenvolvimento da economia, fazem com que apareça, com cinquenta anos de atraso relativamente à Europa, o capitalismo financeiro em Portugal. Ele surge a meio dos anos 60, quando os industriais começam a comprar bancos, caso CUF, ou os bancos começam a comprar empresas industriais, caso Borges, caso BPA. Começam a criar-se os grandes grupos industriais-financeiros, que foram um dos instrumentos, uma das alavancas mais poderosas, da aceleração do crescimento da economia portuguesa na segunda metade desta década. É claro que houve outras causas, mas, como não estão ligadas ao que nos interessa, não vamos abordá-las. Finalmente, parte dos efeitos económicos traduzem-se em novos consumos e novas atitudes. Por exemplo, o hábito do cachorro quente e da bica, que entram nas zonas rurais nesta época porque são exigidos pelos consumidores. O iogurte não era conhecido nas zonas rurais e é trazido pelos emigrantes, que o difundem, e começa a ser aceite. Antigamente nas aldeias o ponto de reunião de homens era a taberna. É nesta altura que começam a aparecer os *snack-bars*, os cafés, etc., que trazem novos consumos e trazem às aldeias o consumo de coisas em que não pensávamos e a que chamamos os electrodomésticos duradouros — às vezes não duram nada, mas, enfim, são assim classificados. Há uma transformação e um choque cultural de novas atitudes mentais, que assimilámos muito mais depressa do que pensávamos e que vieram ajudar a transformar as zonas rurais.

Sobretudo graças a estas oportunidades financeiras, que podemos conjugar, por um lado, EFTA/mercados abertos, por outro, oportunidades oferecidas pelos emigrantes e pelo investimento estrangeiro, a economia portuguesa

no seu conjunto transforma-se bastante rapidamente, e os resultados, deixem-me sumariá-los nuns números um pouco chatos, são realmente impressionantes: o sector sacrificado em todo este desenvolvimento, desde os anos 60 até 1973, foi a agricultura, que não conseguiu desenvolver-se. O grande pólo de desenvolvimento é a indústria. O PIB, quer dizer, o produto interno bruto, uma espécie de rendimento, cresceu 6,2% entre 1959 e 1965 e 7,5% entre 1966 e 1973. Em 1994 crescemos 0,5%, ou 1%, vejam a desaceleração que tivemos. A agricultura cresceu 2,9% e, com o abandono da terra, desacelerou para 1,1% na segunda metade deste período. A indústria cresce 9,2% e depois mantém o crescimento em torno dos 9%. Os serviços, 5,5% e depois 7,6%. A emissão monetária, M1 dinheiro — moedas e notas — mais depósitos à ordem, passou de 4% no quinquénio anterior para 8,2% e depois para 12%: é um aumento muito grande. O M2, que, além disso, inclui também os depósitos a prazo, que os emigrantes começaram depois a preferir, cresceu 10,4% e depois 18,4%, uma brutalidade. A parte dos salários no conjunto do rendimento nacional, apesar da diminuição do número de trabalhadores, mantém-se constante. Os salários aumentaram cerca de 50%. Uma transformação grande da economia portuguesa, um surto de crescimento material, uma transformação demográfica e também social bastante profunda.

Se quiserem fazer perguntas e eu souber responder, estou às vossas ordens. Podem fazer perguntas, não chumbo ninguém.

**Pergunta:**

*Há dois aspectos que gostaria de focar, são os seguintes: primeiro, quanto à adesão à EFTA, a contradição apontada quanto às províncias ultramarinas não seria nessa altura apenas a escolha do mal menor? A adesão à EFTA seria a não adesão ao Mercado Comum, que tinha aspectos políticos menos aceitáveis pelo sistema dessa época e, por consequência, permitia-nos ao mesmo tempo não nos afastarmos completamente da Europa e das correntes comerciais que tínhamos de manter aqui, dentro do mundo em que vivíamos. O segundo ponto, relativamente à emigração e ao desenvolvimento: não parecerá sempre uma contradição que precisamente a década de 60, aquela de mais desenvolvimento que temos, seja a época em que as pessoas mais emigraram? Repare-se, mesmo que se dê um desconto aos números, porque havia lá umas dezenas de milhares de pessoas que nunca regularizaram a situação, que podemos dizer que, se houve anos em que mais de 100 000 pessoas emigraram, mais do triplo do normal, a emigração foi muito mais forte do que aquilo a que estávamos habituados. Será que essa emigração foi mais resultado de repulsão do país devido à guerra do que propriamente a atracção pela Europa que então se desenvolvia? Ou será que essa Europa se desenvolvia a uma escala ainda maior do que Portugal e era efectivamente atractiva?*

**Resposta:**

É evidente que a Europa nesta altura estava em *boom*, é por isso que precisava de tanta mão-de-obra, tendo de importá-la; portanto, as condições de salários que oferecia eram bem melhores do que em Portugal. Posso correr muito, mas, se houver um sujeito que corra mais, distancio-me e, mesmo que eu corra um pouco mais, vou demorar muito tempo a agarrá-lo. Vou dar-lhe um exemplo: se Portugal crescer 1,5% acima do que cresce a média comunitária, levamos 35 anos a chegarmos a eles. E 35 anos no horizonte de vida de uma pessoa é muito tempo, é a vida inteira, e a vida activa acaba-se, não estou à espera de que chegue lá, trato de me safar antes. Apesar de ser uma época de grande crescimento para a economia portuguesa, em termos europeus, não foi excepcional, porque toda a Europa estava em grande desenvolvimento. Quanto à EFTA, é evidente que aqueles que pugnavam por uma ligação à Europa não podiam pensar em ligar-se ao Mercado Comum, porque tínhamos o problema de não podermos adoptar uma tarifa aduaneira exterior comum e, em segundo lugar, tínhamos o problema de não cumprirmos um dos requisitos essenciais do Tratado de Roma, que era termos um regime democrático. Portanto, aqueles que viam o futuro mais na Europa do que no ultramar, a escapatória que tinham era irem para a EFTA. O problema é, num contexto político como aquele, ter havido alguém que impôs e conseguiu fazer vingar esta medida é um pouco paradoxal, mas foi um facto historicamente constatado.

**Pergunta:**

*Sr. Professor, gostava de fazer duas perguntas. Primeiro, se, através dos planos de fomento, o financiamento da economia portuguesa foi eficaz. A segunda relaciona-se com o sector dos transportes. Na década de 50/60, mesmo com o financiamento através dos diversos planos e também do Intercalar, para o caso, por exemplo, dos caminhos de ferro, os défices agravam-se extraordinariamente, e, quando chegamos à altura do IV Plano de Fomento, 1969, é dramática a situação dos caminhos de ferro portugueses. Gostaria de ter a sua opinião sobre estes dois pontos.*

**Resposta:**

Não era bem o tema de que queria falar, mas deixe-me fazer uma reflexão. Os planos de fomento em Portugal tiveram uma história curta, mas muito curiosa. Primeiro, a aceitação do plano de fomento demorou muito tempo a ser aceite. Sempre vivemos um pouco a tentar imitar aquilo que

fazem os Franceses, e a França era o país da Europa que tinha o sistema de planificação mais desenvolvido, aliás muito bem feito. Ainda hoje a alta administração francesa se rege por um plano que não é imperativo, mas um plano económico-financeiro. Naquela altura a França tinha uma taxa de crescimento muito grande e tinha um plano de desenvolvimento indicativo de cinco anos. Convence Salazar a aceitar planos de fomento. Aquilo cheirava-lhe a comunismo. Disseram-lhe depois que não tinha de ser a cinco anos, e então começaram a aparecer os planos.

O primeiro que aparece no início desta época não é plano nenhum, é uma listagem de obras públicas, mais nada. O segundo já melhora e o terceiro, já utilizando a técnica da matriz *input-output*, começa a ter uma semelhança a um plano, como se usava tecnicamente na Europa (foi o último). Os planos de fomento tiveram dois efeitos: um financeiro, que era prevenir a comunidade financeira do calendário dos fundos necessários para o investimento. Isso foi muito importante, até porque, como disse há pouco, havia justamente disponibilidades criadas pela enorme potência das remessas dos emigrantes — que funcionavam como uma espécie dos agora subsídios da CEE — que davam oportunidades de investimento e sobretudo de financiamento. Tiveram esses efeitos muito grandes, inclusivamente para financiar a dívida pública, e, honra seja feita à instituição, quem mais beneficiou foi a Caixa Geral de Depósitos, que, sendo um instrumento absolutamente nas mãos do Estado, não tinha capital social, o capital dela era do Estado, por estatuto fazia o que o Ministério das Finanças mandasse, era quem financiava as empresas e os serviços públicos em défice e as obras municipais. O facto de haver esta disponibilidade financeira criada pelos emigrantes torna tudo isto possível. Mas o segundo efeito do plano de fomento é muito importante. É que logo a partir do meio do primeiro período de seis anos, a pretexto do plano de fomento, e por vezes transbordando para a Câmara Corporativa, começou a discussão da estrutura e fundamentos do regime. Sob o signo da economia, era o maior espaço de liberdade e discussão das coisas fundamentais da sociedade portuguesa. Era por isso que o governo não os via com bons olhos. Lembro-me de uma vez Teotónio Pereira me ter convidado para dirigir um plano de fomento, a parte mais técnica do plano de fomento, e, após eu ter dito que não, nessa altura estava no estrangeiro e também não aceitaria, ele dizer que não fazia diferença, «porque isto dos planos de fomento é uma treta». O regime não acreditava neles, mas teve esta virtude de fazer a clarificação do futuro próximo das necessidades financeiras da economia e constituir um espaço de discussão, porque sob a capa técnica discutiam-se coisas muito profundas. Estou convencido de que a crítica que se formou sobre os efeitos económicos negativos da guerra colonial, em grande parte, foi discutida sub-repticiamente a coberto dos planos de fomento. É o que posso testemunhar com interesse para a história.

**Pergunta:**

*Queria fazer duas perguntas: uma delas tem a ver com a questão do minifúndio e com a ideia que existe de que o regime salazarista teria uma certa inclinação para um ruralismo, que o faria ver com bons olhos esta situação ou o seu aprofundamento, e o fortalecimento do minifúndio. Queria saber se haveria uma intenção política ou uma aprovação política desta evolução? A segunda pergunta era se podia dizer qualquer coisa dos elementos económicos a que se referiu: quais terão contribuído mais para a eclosão do 25 de Abril?*

**Resposta:**

Quanto ao minifúndio, suponho que terá sido no fim dos anos 50, mas sobretudo nos princípios dos anos 60, se a memória não me trai, que houve uma tentativa do governo para fazer um emparcelamento rural e que escolheu mal, o Norte, a zona do Gerês, Minho e Viana do Castelo. O Norte sempre teve *lobbies* poderosos que mandam mais do que o ministro das Finanças, o que mostra bem que há uma conivência entre a conivência fiscal e a influência política. Nessa altura, um dos *lobbies* poderosos era dos proprietários, que não eram normalmente apenas proprietários agrícolas, mas também homens do regime, eram também advogados, médicos, no Porto, etc., e que formavam uma clique muito grande e tinham muitas terras. Mas não tinham terras contínuas, havia explorações, quintas, havia propriedades na zona de Braga que tinham 25 fragmentos e a média suponho que era de oito fragmentos. Para eles o problema punha-se assim: a maçada que vou ter de trocar com o sujeito do lado, que detesto, não cumprimento, nem vou à mesma missa que ele, as dificuldades que vou ter por ele ter de estar aqui para não ser enganado, não. A ideia do emparcelamento é ideia de Mota Campos, um homem de Direito de Coimbra, que para o torpedearem lhe passaram a chamar Mata Campos. Esta tentativa foi fracassada. O regime, apesar de a ter desejado por motivos técnicos, não teve força política para a impor. Julgo que o que interessava ao Salazar na sua mentalização de infância-adolescência era a quietude e a paz rural, com mais ou menos minifúndio, não tinha grande importância para ele.

Quanto aos motivos económicos que mais influenciaram o 25 de Abril, é um assunto muito complexo. Penso que o 25 de Abril foi um processo evolutivo que teve um conjunto de causas e depois não foi linear até ao fim. Houve muitos saltos para baixo e para cima, e muita gente se meteu de permeio, sobretudo o Partido Comunista, que entrou através dos oficiais que pertenciam secretamente ao partido. Houve uma ideologização interna ao longo de todo este processo. Mas julgo que o motivo económico principal, para falar muito francamente, foi corporativo. Para começar, o incómodo em que já estavam os

oficiais de carreira. Os militares não se importam com uma guerrazita breve, depois voltam aos quartéis, eles estão lá para isso, mas uma guerra não se eternizava há mais de dez anos porque o regime económico, se calhar, aguentava, cansava-os. Tinham uma comissão, duas, embora as comissões a partir de tenente já fossem feitas em cidades e em vilas e já nem fossem na frente de combate, de facto era uma maçada andar a mudar com a mulher ou deixar os filhos, um cansaço. Quando se dá a tentativa do regime de aumentar o número de oficiais disponíveis, incorporando, através de um breve curso na escola militar, os oficiais milicianos, eles pensaram que começavam a ficar com o acesso tapado. É um motivo corporativo, um motivo económico. Uma carreira profissional mais difícil, mais concorrenciada, é o motivo que vai reunir muitos oficiais que se atrevem pela primeira vez a fazer a contestação organizada, que na tropa só é permitida a contestação individual. Esta primeira contestação organizada não é destruída porque o regime, que não quer chatices, acha que é uma contestação corporativa, meramente económica e de carreira. Pensaram que, fazendo a diferença dos vencimentos a favor dos oficiais de carreira tradicionais que vêm da Academia Militar, talvez eles se contentassem e não viram o grande perigo. Mas é essa contestação, que é permitida pelo regime e começa a ser ideologizada. Uns fazem-no mais autonomamente: o exemplo mais flagrante é o major Melo Antunes, que é um homem que tem a sua formação; outros, mais influenciáveis, dizem aquilo que lhes metem na boca para dizerem. O processo do 25 de Abril é um processo heterogéneo, complexo; quanto aos motivos económicos, independentemente de a situação económica se aguentar e do regime corporativo, não vejo grandes motivos económicos que tivessem levado à contestação militar e à revolução do 25 de Abril. Nunca o ultramar português, sobretudo Angola e Moçambique, cresceram tanto como na década de 50 a 60 ou na de 60 a 73. Por uma razão simples: Angola era um país virgem, mas, por necessidades de quadrícula militar, abriram-se imensas estradas e comunicações. E o desenvolvimento foi enormíssimo e depois muitos militares ficaram lá. Já em 1944 Salazar tinha decidido que metade do serviço militar dos portugueses fosse feito no ultramar para o povoar. Depois os militares não aceitaram isso; se tivessem aceitado, talvez a história tivesse sido outra. Podem dizer que tinham a consciência de que Portugal estava a gastar muito dinheiro e a atrasar o seu crescimento relativo, apesar de o crescimento absoluto ser bastante bom. Talvez tivesse despertado a consciência de alguns, mas não julgo que fosse um motivo económico, pelo menos o principal.

***Pergunta:***

*Quería felicitar o Sr. Professor pelo interesse e pela clareza da sua exposição. Seria possível fazer uma tentativa de comparação da situação*

*que se viveu nos anos 60, quer dizer, das oportunidades perdidas na década de 60, com as oportunidades que continuam a perder-se na nossa década, ou seja, na década de 90? Estamos a viver um período muito conturbado. A partir de 1989 tivemos um quadro comunitário de apoio de cerca de 1,5% ou 2% do PIB cada ano até 1993. Parecia que esta entrada de milhões era susceptível de conduzir a uma melhoria da estrutura económica portuguesa e, finalmente, resolver alguns problemas da nossa economia e, pelo menos, também diminuir o atraso que temos da Europa. Infelizmente, esta oportunidade até agora perdeu-se. Estamos a entrar agora num novo quadro comunitário de apoio de 1994-1999, com a entrada por dia de alguns milhões, ou seja, são mais de 4% do PIB todos os anos. Isto seria um factor importante para, finalmente, resolvermos nesta década alguns problemas estruturais da nossa economia, sobretudo ao nível da estrutura industrial, e seria também a possibilidade de nos adiantarmos em relação à Europa. Parece que isto não vai acontecer. Existe nos documentos comunitários o princípio da adicionalidade, quer dizer, que a estes milhões que recebemos todos os dias deveriam juntar-se recursos próprios no sentido de, finalmente, termos uma política económica adequada e conseguirmos ultrapassar de facto estes defeitos estruturais da nossa economia. O balanço que neste momento pode fazer-se de tudo quanto está a acontecer e daquilo que se prevê que aconteça até 1999 é no sentido de continuarmos da mesma maneira. Pelo contrário, não só não se avança em relação à situação de atraso que estamos a viver, como uma análise realista da situação conduz a pensar que estes atrasos vão aumentar ainda. Era este tipo de reflexão que queria fazer.*

**Resposta:**

É uma reflexão sua sobre a qual não tenho nada a acrescentar.

**Pergunta:**

*O estudo do Prof. Michael Porter sobre a economia portuguesa não poderia ter sido feito pelas universidades portuguesas?*

**Resposta:**

Já escrevi e já disse publicamente que a equipa Porter tem três vantagens sobre qualquer uma que se pudesse construir em Portugal: em primeiro lugar, tem um grande nome americano à frente; em segundo lugar, fala inglês; em terceiro lugar, é cara.

**Pergunta:**

*Querida, antes de mais, cumprimentar o professor Alfredo de Sousa; muito obrigado por esta comunicação, que achei interessantíssima. Quero colocar só uma questão. Ligou o desencadear do 25 de Abril muito à questão militar, da carreira militar. Pergunto se dentro da estrutura económica não haveria interesses de certo modo contraditórios, digamos que uma corrente europeísta, ou voltada para a Europa, e que por isso pretendia a democratização e teria de acabar necessariamente com as colónias, e uma corrente mais tradicional, ligada à agricultura, ligada à terra, até mesmo em Angola. Não haveria dentro de Portugal, inclusive, esta facção, esta facção de duas correntes, uma europeísta e ligada também muito ao capital financeiro, voltada para a Europa, para os mercados da Europa, e uma corrente mais tradicional, voltada para as colónias, para os produtos que vinham das colónias para Portugal, e que não estariam necessariamente dissociadas, muitas vezes estariam ligadas, não havia efectivamente uma ficção a nível económico?*

**Resposta:**

Estes processos sociais são muito complexos. Em economia ensinamos que não há processos económicos puros, há processos sociais em que estudamos a parte económica, mais nada, e outros especialistas estudam a outra parte, incluindo a saúde, a evolução biológica, etc. Mas o que interessa aqui, a pergunta que me foi feita, era se não via factores económicos ou qual o factor económico mais importante que via no processo concreto que se desencadeou no 25 de Abril.

Os militares não reagem apenas a motivos de carreira militar, são seres sociais como quaisquer outros. O cansaço da família, a ideologia dominante, a moda, a pressão dos vizinhos, os filhos, tudo isso influencia a decisão das pessoas, aquilo que viram, as crueldades que presenciaram ou os actos de abnegação que viram, tudo isso influencia. Ora parece ser verdade que nesta década, sobretudo a partir de 1970, havia já um razoável cansaço mesmo de pessoas do regime. Não se via o fim à guerra e é nesta altura, sobretudo depois da morte de Salazar, que começam a tentar fazer-se negociações directas. Agora está revelado que o próprio Marcelo Caetano tentou várias aproximações, várias abordagens, não foi só o Spínola. A verdade é que também dentro do regime havia uma facção dos irredutíveis e que traduzia *slogans* como, por exemplo, os do almirante Américo Tomás, que dizia que Portugal não se vende, Portugal é uno, não se quebra, todas estas coisas que exaltam, não é só o Jirinovsky que as sabe fazer, aqui também sabem, olhem esta propaganda da Europa que é ao mesmo tempo europeísta e patriótica. É uma contradição bizarra, mas é complexa, mas havia uma facção nessa

altura que era irreduzível e que, para simplificar as coisas, pode dizer-se que -se reunia em torno do presidente da República, o almirante Américo Tomás, e que dificultava o processo de liberalização caetanista, que começa com a liberalização económica, com um pouco de liberalização da imprensa, liberalização cultural e até liberalização política, quando convidam os deputados liberais para fazerem parte da Assembleia Nacional. Quando se tratava de discutir o ultramar, devido à existência daquela facção de irreduzíveis, a discussão era proibida, e a democracia fracassou. A evolução democrática de Marcelo Caetano fracassou porque a discussão era amputada desta parte essencial, e a democracia é uma, não há democracia para umas coisas, e não democracia para outras. A China acabará por entrar em contradições profundas e logo se verá o que vai resultar. Aqui resultou o fracasso, e, não havendo, aparentemente, soluções políticas à vista, qualquer pretexto servia aos oficiais para tentarem libertar-se desta carga, e então fizeram uma revolução com os três D, que era descolonizar, democratizar e desenvolver. Mas o processo é complexo, ou foi.

*Vamos encerrar esta sessão, e infelizmente encerrar também este ciclo, mas não podíamos ter encerrado da melhor maneira do que com a palestra do professor Alfredo de Sousa. Queria prestar a minha homenagem à Culturgest por ter tido a ideia de promover um ciclo de palestras sobre a história económica e social portuguesa. Espero que haja novas oportunidades para o público que acorreu aqui tão numerosa e fielmente poder contactar com novos ciclos de história económica e social. Queria agradecer uma vez mais ao professor Alfredo de Sousa o ter demonstrado que os economistas têm um contributo mais do que valioso para a história económica e que a história económica não acaba no dia de hoje; portanto, há sempre qualquer coisa de novo para estudar.*

*Obrigado!*